

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

# MINISTÉRIO PÚBLICO Ministério Público do Estado do Tocantins

Instituído pela Lei 3.047, de 16 de dezembro de 2015, e regulamentado pelo Ato nº 017, de 08 de março de 2016.

ANO I - EDIÇÃO Nº 178 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 06 de dezembro de 2016.

# PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 948/2016 Republicada

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010,

#### RESOLVE:

Art. 1° DESIGNAR os servidores adiante nominados para, em substituição, exercerem os cargos comissionados especificados durante o recesso natalino, férias e demais ausências legais dos respectivos titulares, conforme a seguir :

CARGO	SUBSTITUTO	PERÍODO	DEPARTAMENTO	
Diretor Geral	Francisco das Chagas dos Santos	26/12/2016 a 06/01/2017	Diretoria Geral	
Diretor de Expediente	William Lemes Gomes	20/12/2016 a 06/01/2017	Diretoria de Expediente	
Chefe de Departamento	César de Amorim Rodrigues	20/12/2016 a 06/01/2017	Assessoria de Cerimonial	
Chefe de Departamento	Elias Fonseca de Oliveira	20/12/2016 a 25/12/2016	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento	
Chefe de Cartório	Maria Célia de Queiroz e Silva	20/12/2016 a 06/01/2017	Cartório de 1ª Instância	
Chefe de Cartório	Sóstenes Feitosa de Carvalho	20/12/2016 a 06/01/2017	Cartório de 2ª Instância	
Chefe de Departamento	Rayson Romulo Costa e SIIva	01/01/2017 a 06/01/2017	Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação	
Presidente da Comissão Permanente de Licitação	Renato Alves do Couto	20/12/2016 a 06/01/2017	Comissão Permanente de Licitação	
Chefe de Gabinete	Dálethe Borges Messias	20 a 28/12/2016	Commendado Com	
	Adriany Paula Pereira Silva Vieira	29/12/2016 a 06/01/2017	Corregedoria-Geral	
Encarregado de Área	Mychella Elena Andrade de Souza	20/12/2016 a 06/01/2017	Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico	
Encarregado de Área	Kamilla Laranjeira Sodré	20/12/2016 a 06/01/2017	Diretoria de Expediente	
Encarregado de Área	Kátia Gonçalves Soares Correa Rocha	20/12/2016 a 26/12/2016	Departamento de Gestão de	
Litearregado de Area	Valdiná Borges Carvalho Maciel	27/12/2016 a 06/01/2017	Pessoas e Folha de Pagamento	

#### PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de dezembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

#### **PORTARIA Nº 949/2016**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008,

## RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO e o Promotor de Justiça Substituto ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA para atuarem na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Colmeia – TO, no dia 06 de dezembro de 2016, Autos nº 5000120-25.2009.827.2714.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de dezembro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR Subprocurador-Geral de Justiça

#### **PORTARIA Nº 950/2016**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edição n° 12 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 29 de março de 2016;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Número	Objeto do Contrato
Frederico Ferreira Frota Matrícula nº 98610	Flavio Luiz Canalli Matricula nº 137516	121/2016	O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para adequação nas dependências do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, na cidade de Palmas – TO, com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários, visando a reestruturação dos seguintes departamentos. Corregedoria Geral de Justiça da Capital/ Gabinetes da 3ª e 4ª Promotorias de Justiça da Capital/ Gabinete da 23ª e 28ª Promotoria de Justiça da Capital/ Gabinete da 27ª Promotoria de Justiça da Capital/ Gabinete da 27ª Promotoria de Expediente/ sala de Atendimento ao Cidadão, conforme descrito nos Anexos I, II, IX e X (Termo de Referência, Memorial Descritivo, Projetos/Levantamento Arquitetônico/Planilha Orçamentária e Cronograma Fisico-Financeiro) do Edital do Pregão Presencial nº 045/2016, Processo Administrativo nº 2016.0701.00451, parte integrante do presente instrumento.

Art.  $2^{\rm o}$  As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ N° 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de dezembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

#### **PORTARIA Nº 951/2016**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO

Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES Corregedora-Geral Substituta

> OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA Chefe de Gabinete

#### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES

Procuradora de Justiça Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justica

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justica

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA Procuradora de Justiça

> JOÃO RODRIGUES FILHO Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR Procurador de Justica

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ Procuradora de Justiça

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO Membro - Corregedor-Geral do MPE

> ALCIR RAINERI FILHO Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6 Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO Telefone: (63) 3216-7600

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO para responder, cumulativamente, pela 6ª Promotoria de Justiça da de Araguaína, no período de 05 a 19 de dezembro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de dezembro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR Subprocurador-Geral de Justiça

#### **PORTARIA Nº 952/2016**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça RICARDO ALVES PERES para responder, cumulativamente, pela 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no período de 05 a 19 de dezembro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de dezembro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR Subprocurador-Geral de Justiça

#### **PORTARIA Nº 953/2016**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins;

#### RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR Ederjofre Victor de Castro Aguiar do serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, prestado na 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, a partir de 01/12/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de dezembro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00392

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de carimbos.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 546/2016 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea "c", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02, bem como no Ato PGJ nº 021/2016 e, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 201/2016, às fls. 67/70, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 112/2016, às fls. 72/73, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento de carimbos, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Diário Oficial Eletrônico MP-TO ANO I - EDIÇÃO Nº 178 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 06 de dezembro de 2016.

MENOR PREÇO POR ITEM.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 05 de dezembro de 2016.

> JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00462

ASSUNTO: Procedimento Licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene/limpeza e materiais para copa/cozinha.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 547/2016 - Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea "c", item 1, da Lei Complementar n° 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei n° 8.666/93, na Lei n° 10.520/02 e no Decreto Federal n° 7.892/13, bem como nos Atos PGJ n° 014/2013 e n° 021/2016, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 204/2016, às fls.78/81, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e Parecer Técnico n° 114/2016, às fls. 82/84, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene/ limpeza e materiais para copa/cozinha, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias de Justiça do Interior, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 05 de dezembro de 2016.

> JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR Subprocurador-Geral de Justiça

#### **APOSTILA Nº 022/2016**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

APOSTILAR a Portaria nº 939, de 30 de novembro de 2016, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral, para fins de designação, os Promotores de Justiça que atuaram perante a Justiça Eleitoral, nos períodos especificados;

#### ONDE SE-LÊ:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
8ª	Filadelfia	Leonardo Valério Pulis Ateniense	01 a 30/11/2016

#### LEIA-SE:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
8ª	Filadelfia	Leonardo Gouveia Olhê Blanck	01 a 30/11/2016

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de dezembro de 2016.

> JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR Subprocurador-Geral de Justiça

# **DIRETORIA-GERAL**

#### PORTARIA DG Nº 159/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade de atender à intimação para prestar depoimento no Conselho Superior do Ministério Público, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010146868201651, em 02 de dezembro de 2016, por ordem do Procurador de Justiça/ Conselheiro/Relator, Dr. Alcir Raineri Filho.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Nayara de Jesus Souza de Oliveira Lima, no dia 29/11/2016, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, marcadas anteriormente de 22/11/2016 a 06/12/2016, assegurando o direito de usufruto desse 01 (um) dia em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas - TO, 02 de dezembro de 2016.

> Uiliton da Silva Borges Diretor-Geral P.G.J

#### **PORTARIA DG Nº 160/2016**

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido na 4ª Procuradoria de Justiça, conforme solicitação expressa no requerimento protocolado sob o nº 07010147038201641, em 05 de dezembro de 2016, do Procurador de Justiça, Dr. Alcir Raineri Filho.

RESOLVE:

Art. 1°. Suspender as férias do(a) servidor(a) Thiago Piñeiro Miranda, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, marcadas anteriormente de 05/12/2016 a 20/12/2016, assegurando o direito de usufruto desses 16 (dezesseis) dias em época oportuna, já tendo recebido os adicionais de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas - TO, 05 de dezembro de 2016.

> Uiliton da Silva Borges Diretor-Geral PG.I

# 28° PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTĂRIA 049/2016

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.
FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3°, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2015/17134.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar as condutas dos investigados em

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

decorrência da prática deliberada de atos que resultaram no pagamento do reajuste do contrato nº 05/2008, no valor de R\$ 31.797,7 (trinta e um mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos), podendo configurar ato de Improbidade Administrativa.

INVESTIGADO(S): Sérgio Leão

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas - TO, 28 de novembro de 2016

ADRIANO NEVES Promotor de Justiça

# EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTĂRIA 050/2016

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2015/17135.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar possível ilícito na baixa indevida de dívidas tributárias, notadamente de IPTU, no sistema de controle financeiro do Município de Palmas.

INVESTIGADO(S): Carlos Renan Menezes, Wagner Cerqueira da

Silva e Maricélia Tavares Duarte

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas - TO, 28 de novembro de 2016

ADRIANO NEVES Promotor de Justiça

# EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 051/2016

INVESTIGANTE: 28<sup>a</sup> Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2015/17129.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar possível ilícito na confecção do edital de Pregão Presencial nº 046/2014.

INVESTIGADO(S): Cláudio de Araújo Schuller e Christian Zini Amorim LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 28 de novembro de 2016.

ADRIANO NEVES Promotor de Justiça



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil